

papeto

trabalho, meio ambiente
desenvolvimento **sustentável**
transição justa e COP30



DiEESF
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

MINISTÉRIO DO
TRABALHO
E EMPREGO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Treze **questões** fundamentais
para compreender a **importância**
da **ação sindical** diante dos temas
da **COP30**.



A cartilha **Papo Reto sobre Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável, Transição Justa e COP30** é uma produção do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, DIEESE, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal.

Índice

- 4** Resumão COP30
- 6** O que é mudança climática e por que devemos nos preocupar?
- 10** Que transformações produtivas são necessárias?
- 14** O que é Desenvolvimento Sustentável?
- 18** O que é Transição Justa?
- 22** Quem paga a conta da Transição Justa?
- 26** O que os trabalhadores/as têm a ver com isso?
- 30** Por que o social deve fazer parte da solução ambiental?
- 34** O que são empregos verdes?
- 38** Como os sindicatos podem contribuir para essa agenda?
- 42** Onde dialogar e negociar essa agenda?
- 46** Como os sindicatos podem atuar na COP30?
- 50** Quais oportunidades se abrem para o Brasil nesta agenda ambiental?
- 54** Quais as diretrizes prioritárias para um projeto de desenvolvimento brasileiro socioambiental sustentável?

COP 30



De 10 a 21
de novembro
de 2025



Belém, Pará

No coração da Amazônia, o Brasil
sediará a COP pela primeira vez.



Participação de cerca de 190 países
signatários da Convenção-Quadro das
Nações Unidas sobre Mudanças
Climáticas (UNFCCC)

Principais temas



Redução de emissões de gases do efeito estufa (mitigação)



Adaptação aos impactos das mudanças climáticas



Financiamento climático (para países em desenvolvimento)



Tecnologia de baixo carbono
Energias renováveis



Preservação de florestas tropicais e biodiversidade (com destaque para a Amazônia)



Justiça climática, equidade e participação social



Governança climática, transparência, integridade de metas e sistemas internacionais de monitoramento



Temas paralelos emergentes: água, cultura, resíduos, saúde, mercados de carbono, comunidades locais, gênero, juventude, entre outras.



PRIORIDADES PARA O GOVERNO BRASILEIRO

Implementação, inclusão e inovação

Fundo para florestas tropicais:

um esforço de financiamento com base no desempenho para conservação de florestas, com recursos alocados inclusive para povos indígenas e comunidades locais

Reforçar as metas de ambição

climática: convocar os países a revisarem e fortalecerem suas NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas)

Dar visibilidade à Amazônia como elemento central da ação climática global - tanto em termos de mitigação quanto de resiliência

Inovação, tecnologias verdes e

conectividade de atores: integrar cidades, comunidades locais, juventude, setor privado e governos subnacionais no esforço climático global

Transparência, integridade e

governança climática: fortalecer mecanismos de prestação de contas, monitoramento, verificação de metas e credibilidade dos compromissos.

o que é **MUDANÇA** **climática**

?



**E por que devemos
nos preocupar?**

papeto



Mudança climática é a alteração duradoura nos padrões de clima da terra, causada principalmente pelo aumento da concentração de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera.

Os chamados eventos climáticos extremos

(tempestades, secas frequentes e rigorosas, calor excessivo, ventos fortes) são fenômenos que impactam o meio ambiente e põem em risco a vida no planeta.

Esses eventos extremos, cujos **exemplos recentes são as inundações ocorridas no Rio Grande do Sul e a seca nos rios da Amazônia**, em 2024, estão presentes em 80% dos municípios brasileiros, trazendo problemas que causam transtornos para as populações locais, embora as soluções envolvam, também, necessariamente, medidas em dimensões nacionais e globais.



O aquecimento global precisa ser controlado, pois a ciência indica que a temperatura do planeta não deveria subir mais que 1,5° Celsius, em relação à época pré-industrial, sob pena de colocar em risco a vida na Terra. Mas há outros problemas que devem ser igualmente enfrentados para que tenhamos maior equilíbrio no meio ambiente. A poluição atmosférica e dos mares, com a emissão de partículas e resíduos que fazem mal à vida humana e marinha; a perda da biodiversidade, decorrente da plantação de monoculturas que reduzem a diversidade e comprometem a fertilidade do solo; o uso abusivo e inadequado de água doce, que compromete os lençóis freáticos e o abastecimento de água para a população são também exemplos de como estamos ultrapassando os limites para uma vida plena no planeta. **Como enfrentar esses problemas?**



que
transformações
PRODUTIVAS
são necessárias?



O modelo atual, baseado em alta emissão de gases de efeito estufa e exploração predatória dos recursos naturais, torna-se cada dia mais insustentável. A continuidade desse padrão intensifica eventos extremos e afeta a saúde da população.

Mais uma vez, a classe trabalhadora é a primeira a ser impactada.



papelreto





Nos últimos anos passamos a ouvir com maior frequência termos e expressões ligadas a problemas ambientais, como transição energética, transição justa, mudanças climáticas, aquecimento global, desenvolvimento sustentável, entre outras.

Isso acontece porque muitos países, sobretudo os mais desenvolvidos, começaram a mudar parcialmente a forma pela qual vinham produzindo alguns de seus bens e serviços. Essas mudanças estão associadas à necessidade de transformar determinadas atividades que impactam o meio ambiente.

Uma dessas atividades se refere ao setor de energia, motor fundamental para pôr em marcha a produção dos produtos que consumimos. A questão central é que as fontes da geração de energia, nos países desenvolvidos, são fortemente baseadas em combustíveis fósseis (carvão e petróleo) que lançam na atmosfera uma grande quantidade de gás carbônico (CO₂), um dos responsáveis pelo aquecimento do planeta.

Essa realidade é bem diferente no Brasil, que tem uma matriz energética mais limpa. No nosso caso, a atividade que mais lança CO₂ na atmosfera não é a geração de energia, mas a agropecuária e o desmatamento.

De qualquer forma, o Brasil e o mundo precisam olhar para suas economias e identificar aquelas atividades que precisam reduzir a emissão destes gases nocivos ao meio ambiente.

Mas é só isso?





o que é **DESENVOLVIMENTO** **sustentável?**



papel reto

O desenvolvimento sustentável não se limita apenas a equilibrar crescimento econômico, preservação ambiental e inclusão social, mas propõe uma transformação estrutural das formas de produzir e viver.

Mais do que garantir recursos para as gerações futuras, trata-se de reorganizar as prioridades globais em favor da vida, da dignidade e da regeneração dos ecossistemas.

Há décadas que se discutem nos espaços de diálogo internacional, como a ONU-Organização das Nações Unidas, mecanismos para frear os impactos negativos que o desenvolvimento econômico produz no meio ambiente.

Os recursos naturais são finitos e devem ser preservados em todo o planeta. Infelizmente, o reconhecimento desta finitude não logrou êxito e as economias de todo o mundo continuam a explorá-los sem limites.

O conceito de desenvolvimento sustentável é uma das ideias que procuraram colocar alguns freios nesta trajetória, sugerindo práticas econômicas com menor impacto ambiental.

Ocorre que desde sua formulação original há um jogo de empurra-empurra para ver quais economias teriam que frear e transformar suas atividades produtivas.

Obviamente, os países mais desenvolvidos, aqueles que mais avançaram o sinal da degradação ambiental, estão o tempo todo jogando a conta deste ajuste para os países em desenvolvimento.



No Brasil, tivemos um exemplo magistral de como conciliar atividades produtivas com respeito ao meio ambiente, chamado de Reservas Extrativistas, uma ideia formulada, nos anos 1980, pelo dirigente sindical e ambientalista Chico Mendes.

No cerne daquela proposta está a ideia de que o látex dos seringais poderia ser extraído com a adoção de um sistema de rodízio com sustentabilidade ambiental, mantendo a floresta em pé e, ao mesmo tempo, gerando renda para os trabalhadores.

Entretanto, quando se fala em desenvolvimento sustentável, **a maioria das soluções adotadas** deixa em segundo plano os impactos sobre o trabalho.



o que é TRANSIÇÃO justa?



A Transição Justa é o processo de enfrentar a crise climática garantindo que os custos e benefícios das mudanças rumo a uma economia de baixo carbono sejam distribuídos de forma equitativa, igualitária e inclusiva. **Isso significa criar empregos** verdes com garantia de direitos, proteger comunidades vulneráveis, valorizar saberes tradicionais e assegurar que trabalhadores(as) e populações dependentes de setores poluentes tenham alternativas dignas.

papel
reto



Para incluir os trabalhadores e o trabalho no centro das transformações produtivas ocasionadas por questões ambientais, o movimento sindical elaborou o conceito de Transição Justa.

Esse conceito foi inicialmente formulado por dirigentes sindicais estadunidenses que nos anos 1980 enfrentavam o debate sobre o encerramento de atividades em uma usina nuclear.

Para lembrar da necessidade de incluir nos debates os impactos sobre o trabalho e a necessidade de se fazer uma transformação produtiva que assegure renda, requalificação profissional e trabalho decente aos trabalhadores afetados, é que se cunhou o termo, com a ideia de não deixar ninguém para trás.



O termo Transição Justa, foi incorporado no Preâmbulo do Acordo de Paris, adotado na COP21, que reconheceu a importância de abordar os impactos sociais e trabalhistas da ação climática.

Esse conceito, entretanto, está em contínua transformação e disputa, sendo capturado por uma parte expressiva de empresas para promoção de práticas enganosas de sustentabilidade ambiental (*greenwashing*) sem justiça social.

Processos verdadeiros de Transição Justa envolvem diálogo social com todos os atores envolvidos, montagem de planos de desenvolvimento com diversificação produtiva, redução das desigualdades sociais e disponibilidade de recursos financeiros para a Transição Justa.



quem paga a
CONTA
da transição
justa?





papel reto

O financiamento para viabilizar as transformações produtivas necessárias a uma Transição Justa vem sendo um tema de intenso debate entre os países do Norte e Sul Global.

Estima-se em US\$ 1,3 trilhão anuais o montante necessário para que os países, sobretudo aqueles menos desenvolvidos e/ou em desenvolvimento, façam adaptações em suas economias, com inclusão social, necessárias para reequilibrar o meio ambiente no planeta.



Entretanto, na COP29, os países desenvolvidos se dispuseram a aportar recursos da ordem de US\$ 300 bilhões, um valor muito aquém do necessário e inferior aos trilhões de dólares que os governos aportam para apoiar guerras e em subsídios para os setores altamente emissores de gás carbônico, como os de petróleo e carvão.

No Brasil, já se constituíram fundos para apoiar o financiamento da transição, como o Fundo do Pré-Sal e o Fundo Clima. Entretanto, os recursos advindos da exploração de petróleo do pré-sal, nos últimos anos, vêm sendo basicamente direcionados para o pagamento de serviços da dívida interna, enquanto o Fundo Clima dispõe de uma parcela ínfima de recursos não-reembolsáveis, o que inviabiliza, por exemplo, a realização de cursos de qualificação profissional para trabalhadores impactados pela Transição.

Há outras possibilidades controversas de financiamento, como o mercado de carbono, que foi recentemente regulamentado pelo Congresso Nacional, deixando de fora o setor agrícola, fonte de maior emissão no Brasil.

O setor financeiro público e privado identificou na transição ecológica uma grande oportunidade de alavancar lucros, oferecendo créditos e serviços financeiros supostamente direcionados ao desenvolvimento sustentável, mas financiando, infelizmente, muitos agentes da destruição ambiental.

Para regulamentar este *greenwashing* financeiro, o governo brasileiro vem construindo com a sociedade civil a Taxonomia dos Investimentos Sustentáveis, uma espécie de **classificação verde para setores de atividade que pretendem acessar recursos públicos** e privados voltados para o desenvolvimento sustentável.





o que os
TRABALHADORES
têm a ver
com isso?



papel reto

Uma Transição Justa não se faz sem a participação dos trabalhadores e dos sindicatos.

Cabe aos sindicatos, que sempre estiveram à frente de históricas lutas sociais, serem também os protagonistas da formulação de propostas para inserir o trabalho na agenda ambiental, porque os trabalhadores já vêm sendo afetados pelas mudanças climáticas.

Trabalhar num mundo mais aquecido tem impactado a saúde dos trabalhadores mais expostos à luz solar, como, por exemplo, os trabalhadores rurais e na construção civil, os agentes comunitários da saúde, os trabalhadores nos correios e da coleta de resíduos.

Os números de acidentes de trabalho e licenças para tratamento médico deram saltos nos últimos anos, comprometendo a saúde física e psicológica, bem como a própria produtividade do trabalho. Os extremos climáticos, ao desorganizarem o planejamento da produção agrícola, vem impactando o custo de vida do trabalhador ao encarecer os produtos alimentares da cesta básica.

O volume e a qualidade do emprego também ficam mais vulneráveis diante do desequilíbrio ambiental. Há risco de fechamento de postos de trabalho em atividades de maior emissão de carbono e mesmo em setores que estão se transformando para se adaptar a práticas produtivas mais sustentáveis.

A Transição Justa tem que garantir que eventuais mudanças de postos de trabalho não impliquem em condições de trabalho piores que a do trabalho anterior, como vem acontecendo no setor de energias renováveis.



O protagonismo sindical

deve garantir uma transição no mercado de trabalho que, no mínimo, assegure as mesmas condições do trabalho anterior, em termos de remuneração e proteção social.

Mas deve aproveitar a oportunidade

também para focar o debate ambiental na geração de empregos verdes de qualidade em setores que tenham baixo impacto ambiental e na redução das desigualdades, garantindo a inclusão de segmentos sociais não beneficiados pelas políticas públicas.



por que o
SOCIAL
deve fazer parte
da solução?



Não é aceitável e nem
justo salvar o planeta
sem salvar as pessoas
que nele habitam.

papel reto



As pessoas, sobretudo as comunidades e populações mais vulneráveis, devem ser o foco das soluções ambientais.

São essas populações as primeiras a sofrerem os impactos ambientais que não produziram, porque moram nas encostas de morros da periferia urbana, são ribeirinhos, são povos originários que têm suas áreas alagadas por barragens e pela exploração de garimpo ilegal, por exemplo.





São pobres, na maioria negros, mulheres e povos tradicionais que devem ser prioritários em planos de transição. A saída ambiental passa pela inclusão social, não é só uma tarefa da economia.

o que são **EMPREGOS** verdes?





parceiro

Empregos verdes não são apenas postos de trabalho em energia renovável ou reciclagem. **Eles devem unir sustentabilidade ambiental, direitos trabalhistas e inclusão social.** São empregos que ajudam a enfrentar as mudanças climáticas, preservam o meio ambiente e, ao mesmo tempo, garantem condições dignas de trabalho.



A geração de “empregos verdes” pode se constituir numa poderosa ferramenta de inclusão social na Transição Justa.

O termo “verde” vem sendo usado para muita coisa “cinza”, e não tem sido diferente quando se trata de emprego.

Para designar aquelas ocupações que preservam o meio ambiente, alguns autores têm preferido usar as designações de “empregos sustentáveis” ou “empregos climáticos”, para fugirem do *greenwashing*.

Para o movimento sindical, empregos verdes são empregos formais em atividades sustentáveis, com boa remuneração e qualificação, com inclusão de gênero e raça, proteção social e sindical.

O número de empregos potencialmente “verdes” no Brasil ainda é muito pequeno, em torno de 6% do mercado formal de trabalho, mas que, muitas vezes, reproduzem as mesmas desigualdades do emprego “não verde”.

Há uma grande informalidade no mercado de trabalho “verde”, como é o caso dos trabalhadores da reciclagem de resíduos.

Investimentos em qualificação profissional são necessários para as novas ocupações que surgem e para requalificar trabalhadores impactados por processos de transição.



A geração de “empregos verdes decentes” é uma das pautas do movimento sindical para o meio ambiente.

Há possibilidade de crescimento em vários setores de atividades sustentáveis, como por exemplo, saneamento básico, agricultura orgânica, eletrificação da mobilidade, biocombustíveis, bioinsumos, regeneração de áreas degradadas e recuperação de florestas, entre outros.

como os **SINDICATOS** **podem contribuir** **para esta agenda**



A classe trabalhadora já vem sofrendo os impactos negativos das mudanças climáticas. Cabe aos sindicatos se organizarem para promover o debate e formular ações.

panor reto



A formação de trabalhadores e dirigentes sindicais é uma ação necessária para aproximar as agendas do trabalho e do meio ambiente.

Entretanto, há ainda pouca adesão, muita controvérsia e desinformação sobre a necessidade de se pautar o tema ambiental nas lutas dos trabalhadores.

Ampliar o debate para todas as instâncias sindicais e, também, promover o diálogo com outros movimentos sociais ajuda no fortalecimento da luta e na construção de proposições que disputem uma visão mais equitativa e participativa de desenvolvimento sustentável.



É papel dos sindicatos

formular e demandar a implantação de políticas públicas necessárias a uma Transição Justa, como a qualificação profissional, a geração de “empregos verdes” de qualidade, políticas voltadas à saúde do trabalhador, à previdência social e à ciência e tecnologia.



onde
DIALOGAR
E NEGOCIAR
essa agenda



An illustration of a diverse group of people sitting around a large wooden conference table in a meeting room. There are about ten people of various ages and ethnicities. Some are looking at papers, some are looking at each other, and one is writing in a notebook. The room has blue chairs and a blue wall in the background. The illustration is in a soft, painterly style with a warm color palette.

parceiro

Há vários espaços e instâncias de diálogo onde os sindicatos podem tratar do tema ambiental e do trabalho.



A negociação coletiva é um deles e vários sindicatos vêm introduzindo nos acordos e convenções coletivas cláusulas sobre Transição Justa, vinculações trabalhistas aos ODS-Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, protocolos de proteção ao trabalho na ocorrência de eventos climáticos extremos, entre outras.

Alguns sindicatos têm procurado estabelecer Acordos Marcos Globais, buscando equalizar práticas ambientais e trabalhistas entre empresas que atuam em diferentes países. Além da negociação direta, o movimento sindical pode atuar em diferentes espaços tripartites das políticas públicas, como o Comitê da Taxonomia dos Investimentos Sustentáveis, o Fórum Nacional da Transição Energética, o Fórum Brasileiro das Mudanças Climáticas, o Conselho Nacional dos ODS, entre outros.

Os espaços de diálogo multilaterais também se abrem como oportunidades para o movimento sindical apresentar sua pauta, e entre eles está a COP-Conferência das Partes para as Mudanças Climáticas.



como os SINDICATOS podem atuar na COP30



A COP é uma conferência de países para mudanças climáticas que vem sendo realizada desde 1995, o que significa dizer que as decisões são tomadas pelos governos de países, cabendo ao movimento sindical e social pressionar as representações oficiais em temas e proposições de interesse dos trabalhadores e da sociedade.

papel reto





Embora a COP30 ocorra este ano no Brasil, ela não é uma “COP do Brasil”. Portanto, para que haja avanços em proposições, é necessária uma “costura” entre atores sociais de diferentes países.

O governo brasileiro, que preside a COP30, busca ampliar o espaço para promover a incidência social, além de postular que a COP avance na implementação de ações concretas.

Além do tema do financiamento (quem paga a conta da transição?) – que deverá continuar sendo uma das preocupações da Conferência –, a agenda da COP30 contempla temas como os compromissos para redução das emissões de gases de efeito estufa e adaptação às mudanças climáticas; tecnologias para energia renovável; preservação de florestas e biodiversidade; justiça climática e os impactos sociais das mudanças climáticas.

O reconhecimento dos sindicatos enquanto organizações centrais para a promoção da Transição Justa, é uma pauta que o movimento sindical levará à COP30.

Por isso é muito importante que os sindicatos organizem coletivamente uma Pauta da Classe Trabalhadora para ser debatida com as diferentes organizações nacionais e internacionais que estarão presentes no evento.



Além da proposição para implantação de políticas nacionais de Transição Justa, o movimento sindical pode pautar a geração de “empregos verdes” decentes, o financiamento não-reembolsável para políticas públicas, entre outras reivindicações.

São temas cujo debate se projeta na COP30, mas devem permanecer na agenda da classe trabalhadora para além da COP.

quais
OPORTUNIDADES
se abrem para o
BRASIL
nesta agenda
ambiental



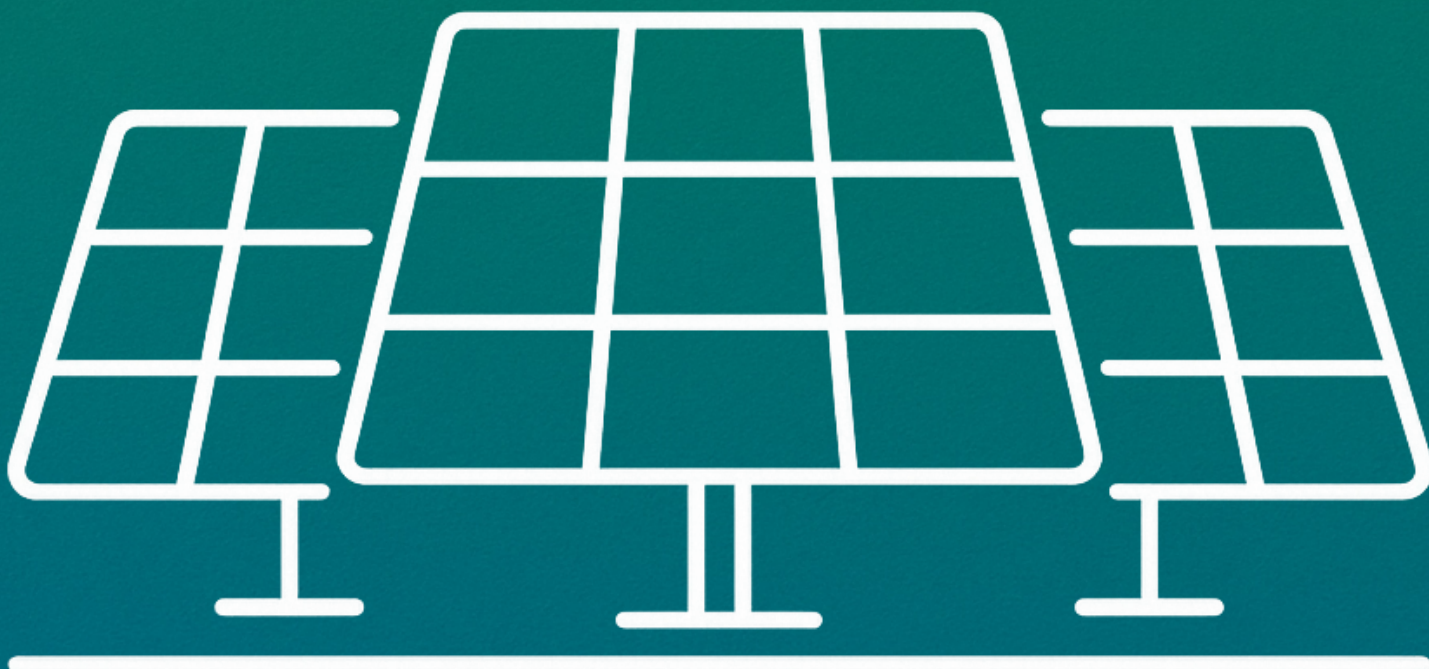


O Brasil é um dos poucos países que, por sua natureza, já tem estruturado um grande número de projetos e políticas na área ambiental, embora precise avançar na inclusão do trabalho nessas políticas.

Diferentemente de outros países, inclusive do Sul Global, a matriz elétrica brasileira é limpa, com avanços significativos nos últimos anos das fontes de energia renovável, como a eólica e solar.

Entretanto, é preciso avançar no adensamento das cadeias tecnológicas nacionais para o país se tornar menos dependente de tecnologias “verdes” vindas do exterior. Além de ser um fator de afirmação da soberania nacional sobre os recursos naturais, haveria o estímulo à geração interna de empregos. Inserem-se nesta estratégia tecnologias voltadas para a produção de hidrogênio verde, placas de painéis solares, equipamentos para exploração eólica *off-shore* (no mar).

A intensificação da produção de produtos orgânicos pela agricultura familiar pode contribuir para a segurança alimentar e combate à fome, num momento de disrupção do planejamento agrícola frente às mudanças climáticas.





Entretanto, no radar de todas essas oportunidades e iniciativas, o país tem que priorizar concomitantemente ações com foco na redução das desigualdades sociais.

De nada adiantará ser um país com economia verde e descarbonizada, sem que as pessoas, sobretudo aquelas que estão à margem da proteção social, estejam incluídas nestas mudanças.



quais as **DIRETRIZES** prioritárias

para um projeto de
desenvolvimento
brasileiro
socioambiental
sustentável





panor reto

A redução das desigualdades sociais

deve ser o foco da transição ecológica. Há várias frentes para atuar nessa direção, no plano nacional e internacional. É fundamental instituir um imposto sobre grandes fortunas, direcionando parte desses recursos para a Transição Justa.



Segundo a OXFAM, os 10% mais ricos do planeta emitem 52% dos gases de efeito estufa. Esses recursos têm que ser direcionados, prioritariamente, para inclusão social e construção de infraestrutura resiliente para as cidades enfrentarem os eventos climáticos extremos.

A promoção da justiça ambiental é um pilar fundamental da Transição Justa, combatendo o racismo ambiental, impulsionando a igualdade de oportunidades e condições de trabalho dignas para as mulheres nos “empregos verdes”, contribuindo para a democratização e o acesso a energias limpas.

Os financiamentos e investimentos públicos devem ter métricas claras e auditáveis em relação aos benefícios sociais de projetos sustentáveis.

A segurança alimentar deve estar pautada na oferta de produtos livres de agrotóxicos e menos ultraprocessados, fomentando um consumo pautado pelo bem-estar social e ambiental.

Esforços públicos e privados devem ser feitos em direção a uma economia menos linear e mais circular, onde a possibilidade de reuso de materiais e equipamentos esteja presente no *design* dos produtos e na reciclagem, evitando uma sobrecarga aos finitos recursos naturais.



Evidente que essas políticas contribuem para a construção de um novo modelo de desenvolvimento com respeito ambiental e inclusão social. E essa tarefa não logrará êxito se não for construída em um amplo e democrático diálogo social com toda a sociedade.



Rua Aurora, 957 – 1º andar - CEP 05001-900
São Paulo, SP - Telefone (11) 3874-5366
E-mail: en@dieese.org.br

DIREÇÃO NACIONAL:

Presidente – José Gonzaga da Cruz

Vice-presidente – Maria Aparecida Faria

Secretário Nacional – Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Diretores Executivos: Alex Sandro Ferreira da Silva - Cecília Margarida Bernardi - Claudionor Vieira do Nascimento - Edenilson Rossato - Elna Maria de Barros Melo - Gabriel Cesar Anselmo Soares José Carlos Santos Oliveira - Marta Soares dos Santos - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa - Zenaide Honório

DIREÇÃO TÉCNICA:

Adriana Marcolino – Diretora Técnica

Eliana Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Victor Gnecco Pagani – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL:

Cloviomar Cararine

Nelson Karam

Fernando Junqueira

Patricia Pelatieri

Renata Belzunces

Carlindo Oliveira (revisão)



www.dieese.org.br



[dieese_online](https://www.instagram.com/dieese_online)



Esplanada dos Ministérios,
Bloco F, 5.º Andar, Brasília - DF

Ministro do Trabalho e Emprego: **Luiz Marinho**
Secretaria Executiva do Ministério do Trabalho e Emprego:
Francisco Macena da Silva | Secretaria de Inspeção do
Trabalho: **Luiz Felipe Brandão de Mello** | Secretaria
Nacional de Economia Popular e Solidária: **Gilberto**
Carvalho | Secretaria de Proteção ao Trabalhador: **Carlos**
Augusto Simões Gonçalves Junior | Secretaria de
Qualificação, Emprego e Renda: **Magno Rogério Carvalho**
Lavine | Secretaria de Relações do Trabalho:
Marcos Perito

PRODUÇÃO:





trabalho, meio ambiente
desenvolvimento **sustentável**
transição justa e COP30

TERMO DE FOMENTO MTE DIEESE - 02/2023.

O conteúdo dessa publicação não reflete
necessariamente a posição do Ministério do
Trabalho e Emprego.